



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Moro, Maria Lucia Faria

Notações da Matemática Infantil: Igualar e Repartir Grandezas na Origem das Estruturas
Multiplicativas

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 2, 2004, pp. 251-266

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817213>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Notações da Matemática Infantil: Igualar e Repartir Grandezas na Origem das Estruturas M

Maria Lucia Faria Moro^{1 2}
Universidade Federal do Paraná

Resumo

O estudo trata da aprendizagem das estruturas aditivas em sua passagem às multiplicativas conforme o r as proposições de Vergnaud sobre campos conceituais. Descreve a natureza e as transformações de not de igualização e de repartição de grandezas, e verifica a significação das notações produzidas no exame da entre aquelas estruturas. Os 12 participantes (6,4 a 9,5 anos de idade), alunos de duas escolas públicas de regiões metropolitanas diferentes, executaram, em tríades, tarefas com momentos alternados de execu interpretada do executado. A análise qualitativa microgenética dos dados videografados resultou em tendências de transformação conceitual reveladas pelas notações. A discussão sublinha a natureza e as descritas, e o lugar relevante, nas relações psicogenéticas entre as estruturas consideradas, de esquemas iner e repartição.

Palavras-chave: Notações matemáticas; iniciação aritmética; estruturas aditivas e multiplicativas.

Notations from Children's Mathematical Thinking: Equalizing and Dividing Quantities at the Roots of Multiplicative Structu

Abstract

The paper concerns the learning of additive structures on its way to the multiplicative ones according to and Vergnaud's propositions about conceptual fields. It describes the nature and the changes of children tasks of equalization and partition of quantities, and verifies the meaning of those notations in the st relationship between those structures. The 12 participants (6,4 to 9,5 years old), attending two State E suburbs of two different metropolitan areas, performed in triads the tasks, which alternated moments of notations production and their interpretation. The qualitative microgenetic analysis of videotaped data r and in tendencies of the conceptual transformations shown by the notations. The discussion underlines the n of the described notations, and the relevant role of equalization and repartition as inherent schemata to the p between the focused structures.

Keywords: Mathematical notations; arithmetical initiation; additive and multiplicative structures.

Na literatura contemporânea de psicologia da educação matemática, é marcante a presença de resultados que apontam para o expressivo lugar que os sistemas de notação matemática ocupam na compreensão de conceitos e relações da matemática na escola, como também para a complexa elaboração desses sistemas como objeto de conhecimento em si próprios.

O estudo ora relatado foi realizado com os seguintes objetivos: o de descrever a natureza e as transformações de

ótica construtivista de Piaget, a aditivas e sua passagem às multi e de 2ª séries do ensino fundam

A publicação em 1941 das p gênese do número nas crianças constituiu-se em um "divisor d das quatro operações aritmétic conhecimento em construção o

A identificação e descrição o

Uma das formulações mais interessantes e produtivas a esse respeito veio da teoria dos campos conceituais de Gérard Vergnaud (Ex.: Vergnaud, 1981, 1990, 1994).

Essa perspectiva permite ver as operações de adição e de subtração como parte do campo conceitual das estruturas aditivas, e as de multiplicação e divisão como parte do campo das estruturas multiplicativas. Configuram-se essas operações como sistemas de esquemas de várias ordens, aplicáveis a diversas situações, e que se coordenam progressivamente em uma construção complexa, em níveis psicogenéticos diferentes, não limitados aos da aritmética. Logo, têm um processo de compreensão que vai além do período da escolaridade fundamental.

Construir um conceito também quer dizer elaborar um conjunto de representações simbólicas interrelacionadas. Porém, Vergnaud (1981, 1989-1990, 1990) alerta para a importante diferença entre o conceito e sua representação, entre os significados conceituais e os sistemas de significantes que os expressam. Não fazer esta diferença traria, em matemática, a idéia errônea de que os símbolos e as operações sobre eles são a essência do conhecimento matemático.

Vergnaud (1994) vale-se das idéias de esquema (organização invariante da conduta para determinada classe de situações, na acepção utilizada pela epistemologia genética) e de situação, para sustentar a possibilidade de comunicação na aprendizagem da matemática na escola. Neste contexto (como em outros), há dificuldades de comunicação pela ausência de correspondência plena entre significantes e significados ou pelas ambigüidades da língua, mas principalmente por causa de os alunos disporem de esquemas conceituais diversificados (invariantes operatórios diferentes). E estes os levam a interpretar de várias maneiras os símbolos matemáticos, as formas lingüísticas empregadas no ensino, as quais trazem, por si sós, muitas armadilhas.

O conceito de esquema permite a Vergnaud (1996) entender as relações e as defasagens entre saberes em atos e saberes teóricos, quando esses saberes permitem a ação em domínios onde a teoria é pobre ou inexistente, e, portanto, onde os alunos não dispõem de conhecimentos prévios que possam servir de base para a construção de novos conhecimentos.

explicitação (via diferentes linguagens) e a função de comunicar objetos e suas relações. Os conceitos, trazendo novos esquemas, permitem analisar o papel da linguagem, dos sistemas de identificação e na delimitação de domínios por meio da linguagem natural e sem o simbolismo matemático impossível...” (Vergnaud, 1996, p. 289).

Portanto, afora permitir tratar de modo as quatro operações da aritmética clássica, os campos conceituais, e de dar espaço para estudar as psicogenéticas, a teoria dos campos conceituais sobrepõe-se ao ensino escolar porque permite analisar a relação dialética ali ocorrente entre a prática e verbalização teórica (Vergnaud, 1996). Assim, elementos pertinentes para se trabalhar com os conceitos segundo a perspectiva da importância do processo da tomada de consciência da linguagem para haver seu processo de conceitualização, para ser estudada sua explicitação notacional e transformadora desse processo de construção.

Essas são algumas das razões para que se olhássemos as notações das crianças, e não apenas interpretadas, como dimensão transformadora da construção conceitual focalizada, mas também a aprendizagem em que momentos de execução material, referentes aos aspectos conceituais, são alternados, não só com os de interpretação, mas executado, mas, sobretudo, com os de produção das realizações práticas e de interpretação. Nesse gênero de situação, as hipóteses propostas são referência principal à ativação, pelo aluno, dos fatores da construção dos esquemas conceituais.

O interesse de estudiosos pela natureza das notacionais da matemática tem-se traduzido, nos últimos anos, por vários tipos de investigações.

Estudos sobre a psicogênese do sistema numérico arábico convencional retratam, desde os primeiros anos de vida, a complexa atividade das crianças em aprender a ler e escrever, e a importância da linguagem na construção dos conhecimentos matemáticos.

significativa do sistema da escrita numérica (H. Sinclair, 1988, 1990; H. Sinclair & A. Sinclair, 1986). É assim que, no processo de elaboração de hipóteses sobre o significado dos numerais escritos, há o apoio fundamental em noções de transcodificação oral e escrita na sequência dos numerais, conforme hipóteses aditivas presentes na compreensão do valor posicional dos algarismos (Sinclair & Scheuer, 1993; Sinclair, Tièche-Christinat & Garin, 1994).

Para as autoras citadas, ao se construir na escola um conceito da aritmética, a notação correspondente deve ser trabalhada conforme a seguinte diretiva: as marcas espontâneas das crianças devem ser compreendidas e seguidas para, a partir delas, ser provocada a produção de outras, mais avançadas, sempre segundo os esquemas de interpretação das próprias crianças. O caminho a seguir deve ser então o da figuração em desenho antes da escrita formal, a menos que a criança expresse esta por si mesma, significativamente (H. Sinclair, 1988).

Essa posição responde à questão do tão freqüente confronto e divórcio entre as elaborações matemáticas próprias das crianças e as formas convencionais escolares de representação dos conceitos matemáticos (Ex.: Carraher, Carraher & Schliemann, 1989).

Importante amostra de idéias sobre o ensino dos sistemas de representação da matemática vem das intervenções feitas em simpósio do CIRADE (Centre Interdisciplinaire de Recherche sur l'Apprentissage et le Développement en Éducation, da Universidade do Québec) (Janvier, 1987). Autores como Lesh, diSessa, Janvier, Kaput, Bélanger, Mason, Goldin, Dufour-Janvier, Bednarz realçam o trabalho escolar com os sistemas representacionais diversificados da matemática, destacando-lhes os benefícios. Entretanto, também apontam a necessidade de ser considerado o que os sistemas de representação significam para os alunos, dado que a construção por estes desses vários sistemas é a meta essencial.

Outros trabalhos sobre o aprendizado da numeração escrita mostram que crianças muito pequenas, de ambientes

numérica, como a recursão, a noção de unidade no sistema, o valor posicional dos algarismos (Sinclair, 1985; H. Sinclair & A. Sinclair, 1986).

Diferentes estudos oferecem pistas sobre as dificuldades e resistências do processo de construção do sistema da numeração oral e escrita. Isso concerne à idéia de valor posicional.

- a identificação de três princípios básicos para a compreensão do valor posicional: o do símbolo do zero, como o de separação dos sinais de pontuação (vírgula);
- a persistência de crianças em não reconhecer o signo numérico para algo absoluto. Mesmo após a compreensão, não recorrem a noções de agrupamento de base de cada algarismo (Sinclair, 1984; Kamii & DeClark, 1985);
- a dificuldade de compreender as regras lexicais e sintáticas em tarefas envolvendo números, por conta da generalização construídas para casos típicos (Sinclair, 1991).
- a apreensão global do signo numérico por crianças de diferentes idades (argentinas). Mas, para compreender os algarismos, tentam compreender os numerais multidígitos não como combinações possíveis; o valor aditivo; a posição ordenada dos algarismos na definição do valor (Sinclair, 1991).
- o avanço de escolares na compreensão da numeração escrita quando se trata de "nós" (as potências de base 10). Os valores dos numerais dos seus intervalos falada intervêm na compreensão da escrita; vice-versa, quando algumas crianças não compreendem sobre essa escrita podem ser ajudadas (Sadovsky, 1996). Na superação da dificuldade de compreensão da escrita, a criança precisa

Ainda Teixeira (2001), considerando que as relações entre representações internas e externas são cruciais no estudo da compreensão conceitual na matemática, mostra que alunos de 3ª e 4ª séries do nosso ensino fundamental têm dificuldades típicas de aprendizagem da numeração escrita. Elas seriam ligadas à ênfase inadequada do ensino na apreensão conceitual da idéia de agrupamentos aditivos ou multiplicativos do sistema de numeração, e na sua representação padrão. Para a autora, essas duas dimensões devem ser trabalhadas ao mesmo tempo na escola porque a apreensão conceitual e a representação semiótica são processos inseparáveis.

Por seu lado, Orozco-Hormaza (2002), em alunos colombianos das séries iniciais do ensino fundamental, examina se, na relação entre expressões numéricas verbais e a escrita de numerais no ensino, as regras que regem a notação numérica arábica estão mais ligadas a características morfosintáticas das expressões numéricas verbais, a características operatórias ou ao valor posicional do sistema de numeração. Seus resultados, mostrando erros coincidentes e universais das crianças, levam-na a propor que os erros sintáticos são erros de construção típicos de crianças que ainda não dominam as regras do sistema de notação numérica; mas os erros léxicos vêm de falhas da memória de trabalho, presentes quando as crianças já construíram aquelas regras.

Em síntese, conforme a literatura, poucas dúvidas há sobre o importante lugar da compreensão dos sistemas notacionais na aprendizagem dos conceitos matemáticos. Também há forte demonstração para a idéia de que esses sistemas de notação matemática, um produto cultural, são objetos de conhecimento que as crianças constroem de forma complexa, elaborando sobre eles hipóteses típicas, as quais fazem sentido pela natureza dos conceitos matemáticos e pelas características culturais próprias daqueles sistemas de representação.

Segundo tais perspectivas, configurou-se nosso interesse teórico e pedagógico em analisar a natureza e a transformação das notações das crianças referentes à construção das relações aditivas em sua passagem para as multiplicativas,

lugar, suas transformações forneceriam informações sobre as estruturas multiplicativas nas aditivas, ao serem trabalhadas, nas tarefas, a composição e a transformação de uma totalidade em partes equivalentes e/o inversas, um invariante pensado como inerente às estruturas em foco.

A assinalar que, ao igualar-desigualar tais parcelas e/ou avaliar-lhes a diferença, ao colocar em jogo algumas das relações, de Vergnaud (1985, 1989-1990, 1990), levamos a diversos tipos de problemas aditivo-subtrativo: relações, no caso: a composição de duas grandezas em uma terceira; a transformação quantificada de uma grandeza em uma final; a comparação quantificada entre duas grandezas.

É a própria literatura piagetiana (Piaget, 1971; Piaget, 1977; Piaget, 1996) que aponta os expressivos a respeito da fecundidade das coleções quantitativas para inferências e de operações pequenas, e que envolvem outros esquemas essenciais ao domínio ainda aritmético de operações como sistema de operações inversas. São esquemas de correspondência biunívoca, de decréscimo reiterado um a um de elementos ordenada, os quais permitem a elaboração de esquemas lógico-matemáticas características, tais como a comutatividade, a recorrência, a conexidade.

Por outro lado, é conhecida a ampla discussão sobre quanto o repartir coleções é precoce nas realizações infantis, ainda que em formas rudimentares o que tem alimentado as discussões sobre a divisão (Correa, 1996; Correa, Nunes & Brainerd, 1999; Dayan, 1980, 1985).

Se repartir coleções (mediante estratégias de contagem originais, muitas vezes apoiadas em representações consideradas relativamente fáceis para as crianças, demonstrado que é complexo, para elas compreender as relações específicas da divisão (Kornilaki & Nunes, 1999; Nunes & Brainerd, 1999; 2000).

Bryant (2002), por exemplo, apontam menor dificuldade na obtenção do quociente quando o dividendo aparece às crianças (em desenho de elementos) agrupado pelo divisor em divisão por partição, e pelo quociente em divisão por quota, em comparação com o inverso (agrupar pelo divisor em divisão por partição, agrupar pelo divisor em divisão por quota). Isto ocorreria por apoiar-se a criança no esquema de fazer “porções” ao repartir, o que seria psicologicamente diferente conforme os dois tipos de problemas.

Em suma, essas proposições são as que nos fizemos escolher, para este estudo, as tarefas de igualização de parcelas desiguais, e a de repartição de grandezas com problemas do tipo divisão por partição (dado o dividendo e o divisor, descobrir a extensão da parte).

Método

Os participantes do estudo foram 12 alunos (de 6,4 a 9,5 anos de idade), de duas escolas públicas de municípios diferentes, sendo seis de 1ª série e seis de 2ª série do ensino fundamental. Estas escolas localizam-se na periferia urbana de duas grandes áreas metropolitanas.

Por conta de o projeto de investigação em que este estudo está inserido também voltar-se ao exame das formas de trocas sociais infantis durante a realização das tarefas (dimensão esta não aqui abordada, por causa da necessária delimitação deste texto), os participantes foram agrupados em tríades por sorteio aleatório. Esse sorteio para a composição das tríades seguiu o critério da defasagem ótima (Doise & Mugny, 1981).³

As tarefas oferecidas podem ser caracterizadas como situações-problema de conteúdo aritmético. Propostas oralmente pelo pesquisador para solução conjunta dos componentes das tríades segundo estratégias próprias de cada um deles, as tarefas ocorreram, conforme acima justificado, em ciclos alternados de: solução prática com apoio no material com interpretação simultânea e final do executado; produção de notações e interpretação das

desafiar mediante perguntas a menos avançadas para a busca que assim estão todos com o me intermediar as diferentes soluç para provocar-lhes alterações e re de uma e outra delas (“... olhem será que pode também ser assim?.. expostos na parte de resultados, o de intervenção podem ser identif

O material utilizado consistiu em fichas de plástico (mesma cor), repartindo-a em duas metades de cartolina, canetas hidrocor. As elementos conforme suas pr problemas, por exemplo: fichas de dois bonecos, ou para serem re

As tarefas centradas na igualização (sessão) pediam especificamente

- a composição e identificação de equivalentes, de uma adição de crianças, em sua vez (“rodada” a 16 elementos, seguida da diferença. Por exemplo: para “... é para descobrir qual boneco...”, e “... descobrir o mais.., ou a menos que o ou
- a igualização, sem referências identificadas. Por exemplo: elementos “... agora, o que bonecos ficarem com a m balas?...”, “ ...por que fico (Piaget, 1996; Piaget & Szem

Entre cada um desses momentos a “...marcar, desenhar, escrever com quiserem ...” na cartolina única balas do boneco..., o que vocês fi Após fazer as notações, as cr interpretar suas produções: “... o

convidadas a produzir notações a respeito do que fora obtido e interpretar a respectiva notação produzida: “Marquem, agora, como vocês quiserem, o que o Juc fez, o que aconteceu quando ele repartiu as fichas...”; “por que você marcou isto assim?...”, “...o que você quis dizer com este desenho?”.

O registro dos dados ocorreu pela gravação em vídeo e a posterior transcrição, para cada tríade, de todos eventos gravados (ações, verbalizações das crianças e do adulto) de toda a sequência das tarefas.

A análise dos dados, de ordem qualitativa e microgenética, foi realizada, primeiro, com a identificação das características centrais das notações produzidas e das interpretações das crianças sobre elas; depois, com a descrição, em categorias principais, dos tipos de notação tal como interpretadas pelas crianças, segundo sua significação no processo de elaboração estudado (Gardin, 1974; Gillieron, 1980). Para tanto, recorreu-se a indicadores oferecidos por alguns dos autores de referência já indicados neste texto. Por exemplo, de Vergnaud (1985, 1989-1990, 1990) relações entre estado inicial, transformação e estado final em problemas aditivo-subtrativos; de A. Sinclair (1990) a tipologia de notações infantis para coleções de extensão reduzida.

Resultados

Nos três itens que seguem, descrevemos os diferentes tipos de notações interpretadas que encontramos, agrupados em suas categorias: no primeiro item, as notações produzidas quando da composição e identificação das duas parcelas não equivalentes de uma adição; no segundo item, as notações de igualização das parcelas não equivalentes; e no terceiro, as notações produzidas quando da repartição das coleções em 2, 3 e 4 partes iguais.

Nesses três itens, e para cada categoria, os tipos de notação são descritos dos menos aos mais avançados, conforme a avaliação qualitativa deles efetuada como expressão das relações aritméticas trabalhadas com o material, sempre levando em conta as interpretações que seu autor fez sobre

posterior, pertinente ou não, de um
parcela. Por exemplo:

- tríade 1ªS, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 9 (desenha 9 fichas, adiante 1 ficha): “...colegar a coleção desenhada); exp: “*Marrou cada parcela com 9 chocolates. Ade: “Tudo, ... este não...”* (aponta desenhando a última ficha).
b) as duas parcelas, equivalentes à soma das parcelas compostas, em geral reconhecidas com facilidade, numerosas, anunciados seus valores, as seguintes formas de controle são usadas para a produção: contagem unitária, empilhamento de elementos, sub-parcelamento das parcelas numerosas (10, 11). Por vezes, é identificada a diferença entre as parcelas; mas, explorando-se a apontada a redistribuição eqüitativa de elementos para igualizar as parcelas, com exclusão de elementos. Por exemplo (Figura 1):
- tríade 2ªS, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 9, após Jes apontar 11-2= 9, exp: “*Quatro e seis dá 11, 2 tirados, ficaram 9. (desenho de 11) tiveram que vir para esta parcela 2, pra ficar 6 e 6?”*; Dei (mão em cima e com o dedo indicador 11, logo, 11- 4): “*Quatro.*”; exp: “*É isto que sobra do outro lado?”*; Dei: (acena sim); exp: “*Do lado de lá? (em 11- 4)?*”; Dei: “*Sete.*”; Jes: “*Dois.*”; Dei: “*Seis*” (desenho de parcelas com 6 e 3); Dei: “*Sete e seis? E daí, era a mesma coisa a mesma coisa a mesma coisa*”; Dei: “*Não.*”; Dei: “*Não.... tem que tirar um (7- 1) para ficar 6 e 6.*”
2. *Algarismos:*
a) traçados em duas seqüências, cada uma com a extensão de cada parcela. Cada algarismo representa um elemento das parcelas. Por exemplo:
- tríade 1ªS, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 6 e 3, Flo (traça 1,2,3, depois 1,2,3,4,5,6), exp: “*Quantos números?”*; Flo: “*É porque 3 e 6 chocolates.*”
b) traçados em uma seqüência, com o algarismo da primeira e da segunda soma.

100 /

- b) traçados de dois numerais, em separado, cada um correspondente à extensão cardinal de cada parcela. Por exemplo:

- tríade 2ªS, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 11 e 2 fichas, Eve (traça 11 e 2, em duas caselas) “... *porque é onze e dois.*”

B. Notações de igualização de duas parcelas de uma adição
1. *Desenhos* de uma ou mais coleções de elementos, representando:

- a) o total, não equivalente ou equivalente ao composto pelas parcelas trabalhadas, sem e com elemento restante. Por exemplo:

- tríade 1ªP, 1ª ses., 1ª rod., para parcelas de 5 e 4 fichas, Luh (desenha 8 fichas) “...*é tudo junto.*”; (desenha mais 3 abaixo e 1 ao lado das 8, em outra cor); Jef (sobre desenho de Luh): “*É o resto.*”

- b) duas parcelas não igualizadas, mas vistas apenas em seu total, este tornado equivalente ao total trabalhado mediante marca de exclusão de elemento. Por exemplo:

- tríade 1ªP, 1ª ses., 3ª rod., parcelas de 5 e 5 fichas, Jef (desenha 4 fichas; em separado e alinhadas, outras 7 fichas, aponta-as todas, risca uma ficha das 7, aponta todos os desenhos) “*Dez... tudo.*”

- c) duas parcelas não igualizadas, a mais numerosa vista como equivalente à primeira por correspondência global/espacial. Seu total, não equivalente ao trabalhado, é avaliado como tal. Por exemplo (Figura 2):

- tríade 1ªP, 1ª ses., 1ª rod., para parcelas de 4 e 4 fichas em total de 9 fichas, Jef (desenha 4 fichas grandes alinhadas; acima, desenha 5 fichas menores, alinhando-as nos extremos do espaço com as 4 anteriores; desenha mais uma ficha em espaço vazio, parcela = 6): “...*tá igual.*” (conta todos os desenhos...): “*Nove.*”

- d) duas parcelas igualizadas, de extensão não correspondente à das parcelas trabalhadas, mas cuja adição equívale à do

total original, conforme marcado e assim interpretado. Por exemplo:

- tríade 2ªP, 1ª ses., 3ª rod., p Ann (desenha 5 e 5 fichas *colocá seis em tudo.*” [...]; exp: (ap *“Aqui tem seis?”*; Ann (apora *dois.* (risca 2 desenhos de cada *ela* (Ann) *tirou dois de um lado* *seis*”. Exp: “*E daí, quantos ficou* Ann: “*Três...*” (desenha uma *risca este desenho e o algarismo*



Figura 3. A igualização

- e) parcelas igualizadas cuja a extensão não corresponde à do total trabalhado mediante:

- (1) duplicação do número de parcelas, tornando o total equivalente às igualizadas, com parcelas excedentes. Por exemplo:

- tríade 2ªS, 1ª ses., 1ª rod., p Jef (em separado, desenha 6 fichas *“...seis de um lado, seis de outro lado.”*; exp: “*E estes daqui... (sin*

você marcou de novo?”; Jef: “*É*

- (2) duplicação da extensão das parcelas, tornando o total equivalente ao total. São vistas as parcelas originais e a extensão das parcelas originais.

- tríade 2ªS, 1ª ses., 1ª rod., p

- tríade 1ªS, 1ª ses., 1ª rod., para parcelas de 5 e 5 fichas em total de 11 fichas, Flo (desenha, alinhados, 5 e 5 traços...) (adiante, olhando Eri, que desenha uma ficha à parte...); Flo (afastado, faz um traço): “É cinco e cinco.”; exp: “Para os dois bonecos?”; Flo (aceno afirmativo); exp: “Como foi que fez?”; Flo (silêncio); exp: “E este?” (traço à parte); Flo: “É a sobra.”
- g) de duas parcelas desiguais, o estado inicial das parcelas trabalhadas, e que têm sua igualização representada por:
 - (1) marcas de subtração do excedente de uma das parcelas, identificado como resto. Por exemplo (Figura 4):
 - tríade 2ªP, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 5 e 5 fichas, antes de 6 e 5 fichas, Ju (desenha 6 e 5 fichas, “borra” desenho de uma ficha em um lado, aponta tudo): “Cinco e cinco, ... é como era no começo...”

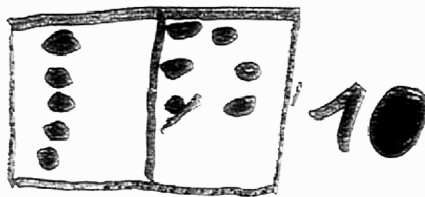


Figura 4. A igualização das parcelas 6 e 5.

- (2) traçado delimitador, na parcela mais numerosa, para a diferença em relação à parcela menos numerosa, antecedido por gestos. Aquela diferença é vista como diferença absoluta a subtrair de uma parcela ou como diferença a distribuir entre as parcelas. Por exemplo:
 - tríade 2ªS, 1ª ses., 3ª rod., para parcelas de 5 e 5 fichas, antes de 7 e 3 fichas, exp (para desenho de 7 e 3 fichas de Dei e Jes: “Quantas têm que passar para ficar mesmo tanto igual?”; Dei (aponta cada desenho da parcela =3, levanta 3 dedos, aponta 3 desenhos na parcela =7 e os 3 parcela =3, cobre com dedos os 3 da parcela =7, aponta 3 desenhos parcela=3, levanta um dedo e o põe em cima

=3); exp: “E daí, dá pra ficar a mesma”; Dei: “Não, daí (com gesto) tem que pôr um de outro”; exp (apontando desenho parcela =3 e parcela =7): “mas dá pra descobrir aqui, quantos tem que sair de cada parcela pra ir para lá?”; Dei: “Quanto tem de desenhos); exp: “Quatro, mesmo? De outro lado fazer?”; Dei: (aponta cada parcela desenhos e faz aceno negativo).

2. Algarismos:

- a) traçado repetido (duas vezes) de numeração não a cada parcela trabalhada, mas ao final de cada adição de ambas. São interpretados como parcelas, o que leva à rememoração da experiência originais, com decorrente indicação de exatidão. Por exemplo:
 - tríade 2ªS, 1ª ses., 2ª rod., para parcelas de 6 e 6, Eve (traça 12 e 12 em separado); (...): “Não! Tinha seis de um lado e seis de outro.”; Dei (marcaram doze, não era tudo o que tinha na conta)
- b) traçados como “etiqueta” de desenhos, visto como resultado da adição das parcelas em cardinal. Por exemplo:
 - tríade 2ªP, 1ª ses., 3ª rod., para parcelas de 3 e 3 (para desenhos de 3 e 3 fichas escreve 6 acima; aponta cada desenho): “É em trinta e seis”; Dei (análise das notações descritas mostra ausência de relação hierárquica entre as principais encontradas, desenhos e algarismos); o critério de significação das relações entre as parcelas trabalhadas quando de sua produção e interpretação. Tendências específicas de construção de relações podem ser constatadas nas produções de cada categoria. São elas:
 - do registro de estados (inicial e final) e transformações aditivo-subtrativas e de coleções (Vergnaud, 1985, 1989-1990)

- numerosa dos elementos da menos numerosa, um a um (por *counting on first*, segundo Baroody & Ginsburg, 1986).
- da idéia, ainda predominante, de que elementos excedentes de uma parcela devem ser subtraídos na igualização, mas não acrescentados à outra parcela, na recomposição das quantidades mediante transformações coordenadas +1, -1 (da exclusão de elementos das parcelas para a sua inclusão por redistribuição). Logo, é excepcional a idéia de que a igualização das parcelas decorre de transformações aditivo-subtrativas de elementos de estados iniciais (as parcelas não igualizadas), do que somente um caso foi encontrado: Ju (2ª P, 1ª ses., 1ª rod.), de parcelas 6 e 2 faz a adição de 2 fichas da parcela 6 à parcela 2, obtendo parcelas iguais 4 e 4.
- da atribuição de medidas absolutas, isoladas, às parcelas (“mais”, “menos”), com valores absolutos a excluir/subtrair quando for o caso, para a atribuição de medidas relativas em compensação (decomposição e recomposição de parcelas “a mais”, “a menos”).

C. Notações de repartição de coleções em 2, 3 e 4 partes

1. *Desenhos* de coleções de elementos, vistos como:
 - a) total (dividendo) não equivalente ou equivalente ao trabalhado. Por exemplo:
 - tríade 1ª P, 2ª ses., 1ª rod., para $13 \div 3$, Luh (desenha 9 fichas, aponta cada, desenha 4 fichas abaixo, aponta todas); exp: “Por que você fez estas bolinhas?”; Luh (silêncio); exp: “Mas antes você contou estas bolinhas.”; Luh: “Treze.”; exp: “Por quê?”; Luh: “Porque tinha treze ali”.
 - b) partes da repartição, em número (divisor) e extensão numérica (quociente) não equivalentes às trabalhadas, sem e com resto pertinente. Por vezes, as partes têm extensão conforme a do total (dividendo), duplicando-o (repartição por 2); e/ou têm elementos excedentes “subtraídos” para igualização, mas nem sempre distribuídos/acrescentados à(s) outra(s) parte(s). Formas de controle (contagem unitária, emparelhamento espacial,

com resto pertinente. São t
controle (contagem unitária
elementos a cada parte, sub-
ao serem desenhadas partes
(acima de 5). Por exemplo (l
tríade 2ª S, 3ª ses., 1ª rod., para
em separado 4, 4 e 4 fichas, d
jeito, fiz quatro, quatro e quatro.
aqui?” (apontando 1 ficha des
exp: “Quatro pra você?”; Eve: “
cada parte); exp: “Então, em
“Eram treze.” (gesto para todos

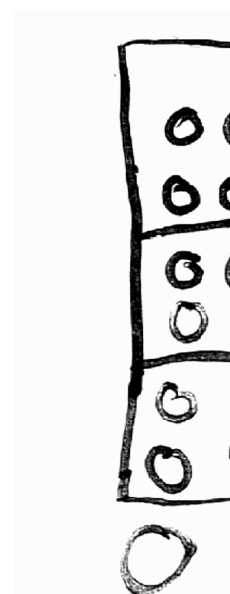


Figura 5. As partes e

- d) total e, em separado, suas
pertinente. É excepcional al
Por exemplo:
- tríade 1ª S, 3ª ses., 2ª rod., 1

- tríade 2ªS, 2ª ses., 2ª rod., para $10 \div 2$, Jes (escreve $5+5=10$, abaixo $5+5=10$) "...eu fiz a conta... (aponta expressões escritas)... de cinco mais cinco dez"; exp: "O que você fez com os dez? O que o Deí fez com os dez aquela hora?" Jes: "Ele juntou cinco e cinco..." (aponta cada expressão).
- d) traçado repetido e separado de numeral correspondente à extensão das partes, lido como resultado da ação de repartir, sem e com resto pertinente e, por vezes, com numeral para o total repartido. Por exemplo:
 - tríade 2ªS, 2ª ses., 1ª rod., para $14 \div 2$, Eve (desenha caixa, traça 7 de um lado e 7 de outro) "...que é sete para cada um."; "... tudo junto, quatorze."; exp: "Em quantas partes você dividiu os quatorze?"; Eve: "Duas."; exp: "E quantos ficaram pra cada boneco?"; Eve: "Sete."

3. Escrita alfabética:

- a) escrita da resposta ao problema trabalhado no formato escolar tradicional, com marca repetida de algarismo, para duas partes, a do próprio sujeito e a do adulto. Contém a idéia de que o resultado do repartir é a extensão numérica da parte de cada um e de apenas alguns dos parceiros da repartição. Por exemplo (Figuras 10a e 10b):
 - tríade 2ªP, 2ª ses., 3ª rod., para $12 \div 4 = 3$, Ann (escreve: R: CUANTAS BOLACHAS/ SÃO e abaixo, separados, 3 e 3); enquanto Ju (escreve R: CUANTAS BOLACHAS/ SÃO); Le (escreve: R: CUANTAS BOLACHAS/ SÃO); exp: "Quantas bolachas, vocês escreveram aí?"; Ju: "Abn! Abn!"; exp: "É a resposta?"; Ann: "Abn! Abn!"; exp: "...quantas bolachas, pra quantas pessoas?"; Ann: "Três."; exp: "Três, o

R: CUANTAS
BOLACHAS/ SÃO
3 3

Figura 10a. As duas partes para $12 \div 4$ (de Ann).

R: CUANTA BOLACHAS/ 3

Figura 10b. As duas partes para $12 \div 4$ (de Ju).

hierarquia entre elas. Assim, o significado do repartir expresso na interpretação das notações, sobretudo pelo desenho que as crianças conceber a divisão são expressos por algarismos e por escrita alfabética. As partes, formas aditivas de conceitos, em repetir partes iguais, um traço marcantes dessa forma de conceber a

Diversamente, também, do conceito de igualização de parcelas, as notações trazem, em geral, tanto o registro do estado final (resultado) e, depois, o início da transformação efetuada e registrada por traços de separação. Nessa perspectiva, manifesta-se a passagem do estado final da transformação para o início dessa transformação, marcar o início (Vergnaud, 1985, 1990).

Assim sendo, as características dos modos de sua produção e suas variações menos três principais formas, haviendo de as crianças estudadas tratarem com a noção de divisão, concepções de concepção elementar de divisão. A primeira dessas formas, da concepção da idéia de que partes não resultam da divisão. Predomina a idéia de que o resultado é mantido, apesar de rememoração da transformação anterior de seus elementos em partes equivalentes ou equivalente ao total.

A segunda, da concepção da divisão se mediante as seguintes variações:

- 1ª- presença da idéia de que partes equivalentes resultam da repartição. As metades podem ser obtidas, seja qual for a qualquer extensão.
- 2ª- presença da idéia de que partes

partes (divisor) pode ser ou não o da repartição antes trabalhada.

A terceira forma, a concepção elementar de divisão, manifesta-se pela:

1ª- presença de idéia básica do repartir com ênfase no resultado da ação. Mediante provocação, ocorrem identificações pontuais: do dividendo, das partes obtidas como sendo “de todos e de cada um”, do resto. Há ainda confusão entre divisor e quociente e entre dividendo e quociente, e o resto admitido é somente o de um elemento.

2ª- presença da idéia elementar de divisão, com identificações dos termos da operação e das relações entre eles, com ênfase na descrição da ação de repartir.

Discussão e Considerações Finais

Em atenção ao primeiro objetivo deste estudo, a descrição das notações das crianças confirmou a presença esperada de desenhos, algarismos e escritas alfabéticas, como suas principais categorias. Presença esperada porque os principais tipos de marcas de que a cultura humana se serve para registrar sua quantificação da realidade (H. Sinclair, 1990) foram sugeridas pelo adulto durante as tarefas, ali aparecendo, inclusive, combinadas entre si.

Esse emprego combinado de marcas das diferentes categorias salienta a rica atividade infantil de representação, quando as crianças mostram-se capazes de lançar mão dos recursos de que dispõem para “dizer” o que assimilaram das tarefas. Em particular, o freqüente uso de desenho com algarismos, estes tantas vezes empregados como “etiqueta” do desenho para “deixar clara” a significação do desenhado, pode ser visto como indício de que, se têm algum conhecimento de tais formas de notação, podem as crianças ativamente passar de uma forma à outra. Isto lhes possibilita fazer as correspondências entre essas diferentes formas ao representar um mesmo significado, algo fundamental para a construção conceitual (Vergnaud, 1985).

Também, o emprego significativo pelas crianças de formas de marcar quantidades de que têm algum domínio

das ações e seus resultados na construção de conceitos matemáticos focalizadas.

Porém, a análise do processo de produção das notações que fizemos não permite demonstrar o caráter supostamente necessário e fundamental, a necessidade de tomada de consciência conforme a perspectiva de Gelman (1974, 1978). Não analisamos a relação entre as produções qualitativas entre as referidas realizações, e as produções de transformação, e as execuções práticas das ações, se as antecediam ou sucediam. Esta é uma tarefa que os resultados do presente trabalho nos permitem abordar. Somente, indícios fortes da ocorrência da tomada de consciência assinalarmos o quanto, para muitas das crianças, não foi o caso. Sido a interpretação de suas notações e/ou das ações, dos parceiros o que desencadeou hesitação e dúvida, de suas próprias marcas, com muitas delas sendo apagadas seguindo.

É segundo a idéia da provável relevância da construção da consciência de suas produções para a compreensão da conceitualização, que os resultados do estudo sugerem, novamente, a necessidade de que, na construção da compreensão dos sistemas de notação matemática, a transformação transformadora inerente à construção dos conceitos da área.

Outra dimensão de interesse de nosso estudo é o respeito à hierarquia entre desenhos e algarismos, e a possibilidade de notação, possibilidade que a literatura sugere (H. Sinclair, 1988; A. Sinclair, 1990). No conjunto das notações obtidas, há ausência de hierarquia entre notações de igualização, mas entre as notações de aquela hierarquia se esboça. Ademais, essas notações são usadas para registrar as repartições.

A ausência da hierarquia entre notações de igualização e desenho e algarismos pode ser atribuída à natureza mecanizada dos numerais, assim aprendidos pelas crianças. Os numerais então evocados ao acaso, sem qualquer relação quantitativa mais avançada (Gelman & Gilmore, 1995). No caso das notações de parcelas não igualizadas, a ausência de hierarquia é mais evidente.

conceitos trabalhados em que as crianças se encontram. Isto nos leva à proposição de que, não só a apreensão dos conceitos e a representação semiótica seriam mesmo processos inseparáveis (Teixeira, 2001), mas também que, em situação pedagógica mais favorável àquela apreensão, as crianças podem ativamente reorganizar seus recursos de representação, inclusive dando novo sentido aos símbolos da matemática escolar aos quais já tenham sido expostas.

Porém, o que dizer sobre a hierarquia relativa entre desenhos, por um lado, e algarismos e escritas alfabéticas pelo outro, nas tarefas de repartição? E sobre o fato de escritas alfabéticas terem aparecido somente para marcar as repartições?

Muitos dos argumentos acima expostos mais a idéia da inseparabilidade entre a apreensão conceitual e a representação semiótica podem explicar também o fato de os desenhos serem notações de repartição pelas quais formas mais adiantadas de conceber a divisão são representadas, enquanto algarismos e escritas alfabéticas expressam formas menos adiantadas, em especial, a concepção aditiva de divisão. Para as crianças cuja apreensão conceitual da divisão é mais avançada, ainda que elementar, como descrito, não poderia ser diferente: o desenho, uma forma de representação icônica, está, em geral, disponível em seu repertório, antes da escrita de algarismos e da escrita alfabética. Assim, o desenho vem-lhes a ser um recurso praticamente “natural” para marcar: o total repartido, o resultado dessa repartição e a ação mesma de repartir (a transformação).

Embora já dominando a divisão naquele plano mais avançado, crianças, como as estudadas, desconhecem ainda os sinais aritméticos para a divisão, as formas canônicas de expressar as relações de divisão. Porém, já podem formular algumas dessas relações a seu modo; por exemplo, na falta de outro recurso, podem dispor da escrita alfabética para descrever o repartir efetuado, ainda que esse tipo de notação tenha seus limites, do que adviria sua baixa frequência no estudo.

Já para as crianças cuja compreensão da divisão é ainda

icônica, servem, mas não obrigatoriamente, formas mais avançadas de comunicação focalizadas, antes de algarismos e escritas alfabéticas, estes tipos de notação estabelecidos paralelamente, posto que de habilidades específicas relativas à matemática.

No entanto, o nível de apreensão em que estão as crianças é crucial para significativamente essa compreensão. Na margem é dada, na escola, para trabalharem conceitos e relações, uma notação que lhes tenha sentido, que estão compreendendo, e para tipos de marcas que conhecem e que estão compreendendo.

Uma outra diferença entre a igualização e para a repartição está na de marcas para os estados, inicial (e seu total), enquanto que nas segundas para o estado final (resultado do repartir de marcas para a transformação efetuada para as transformações aditivas e desiguais são muito pouco evidentes essa diferença?

Nas tarefas de igualização e repartição, as crianças produzem e observam as parcelas antes comparadas (equivalentes ou não). Passam a desenhar o total (conferindo se os desenhos e/ou os das parcelas resultando marcas para os estados para as ações aditivas ou subtrativas mesmo sendo evocadas às questões não eram vistas como algo a ser mesmo porque o desenho da ação resultado da ação aditiva, ao me-

Entretanto, nessas mesmas

Desse modo, o expressivo predomínio de notações de estados (inicial e final) em relação a marcas para as transformações nos dizem que muitas das nossas crianças encontravam-se em um patamar ainda elementar de compreensão da composição de duas grandezas em uma terceira, uma das relações aditivas básicas (Vergnaud, 1985, 1989-1990, 1991). Teriam elas uma apreensão ainda muito figurativa dos estados inicial e final, este um total obtido pela iteração de ações de acrescentar (+1, +1...) também preponderantes em relação ao retirar iterativo (-1, -1...). A propósito, essa apreensão predominantemente figurativa é que daria sentido à idéia inicial de que somente parcelas iguais, simétricas, é que seriam adicionáveis.

Assim, o adicionar transformador das parcelas em outra grandeza não teria sido entendido por muitas das crianças e, muito menos, o teria o seu inverso, o subtrair. Não haveria ainda dessas crianças a tomada de consciência da relação de transformação aditiva de uma grandeza inicial em uma final e, então, da ação inversa de decomposição para obter parcelas quaisquer, cuja adição corresponde a esse mesmo total, mesmo porque também não estariam elas atribuindo valores cardinais estáveis a tais quantidades (exceto às de extensão numérica muito limitada). É importante lembrar que essa atribuição é tida como fruto de uma construção complexa das estruturas aditivas em seus níveis diversos (Vergnaud, 1981, 1991).

Em conseqüência, limitaram-se nossas crianças, em maioria, à idéia da subtração como perda de elementos. Estes tanto ficam “perdidos” que nem foram lembrados como tendo sido acrescentados à outra parcela para a igualização; ou nem foram lembrados como acrescentados, ficando excluídos na obtenção daquela igualização, conforme uma das tendências de construção que descrevemos. As comparações entre grandezas caracterizaram-se assim pela atribuição de grandezas absolutas na avaliação de cada parcela, ausentes as avaliações relativas ligadas a concepções mais avançadas de subtração (o resultado como quantidade complementar ou como diferença relativa entre estados

desenho da coleção total, assim registrando a transformação (dividendo) seguido da ação que o transformador

Por outro lado, da literatura referida temos que a compreensão das crianças em repartir coleções por distâncias iguais é, principalmente, quando da repartição em partes iguais, o repartir seria também mais facilmente compreendido por transformações aditivo-subtrativas de elementos iguais (as que resultam, sobretudo, em parcelas iguais). Se as partes iguais, simétricas, seriam mais pregadas à compreensão inicial figurativa das crianças do que parcelas desiguais, a decomposição de um total. Esse aspecto, relacionado às significações de ordem afetivo-social, as resultantes do repartir terem que ser iguais, é bastante presente nas falas das crianças) pode falar a respeito de um aspecto tão marcante do repartir nas produções infantis.

Entretanto, nenhuma marca para traçar a compreensão do repartir foi feita por crianças que não dispunham de noção de divisão. Mesmo provocadas a fazer a divisão, recém executado, essas crianças limitavam-se a desenhar a coleção total, muitas vezes a partir de todos os elementos arranjados nas parcelas.

Vemos assim que, afora as peculiaridades da compreensão do repartir no repertório de crianças com dificuldades, também nesse caso há que se levar em consideração a compreensão da divisão identificados, as crianças, estar estreitamente ligados àquela presença de qualquer idéia de divisão, de fato não compreendem significativamente aquela transformação, as ações de compreensão correspondem expectativas de compreensão do repartir como ação que produz a) parcelas adicionáveis, como no caso da concepção de coleção desenhadas ou com algarismos, ou b) parcelas que estão contidas certo número de vezes em uma coleção ou a elas correspondem, como também em cada termo de uma divisão.

As tendências específicas de construção das transformações aditivo-subtrativas que puderam ser registradas nas notações interpretadas apontam, com

A análise das notações descritas muito parece dizer sobre a relevância da composição e da decomposição de grandezas, uma expressão da relação parte-todo, na identificação das raízes das estruturas multiplicativas nas aditivas porque: a) no caso da adição-subtração, tais esquemas produzem parcelas de grandezas diversas; assim, combinando-se em um sistema de transformações, permitem apreender tais parcelas como transformáveis a cada e a qualquer momento sem alteração de seu total; b) no caso da divisão, a faceta ora abordada das estruturas multiplicativas, aqueles esquemas (compor-decompor grandezas), como transformadores, encaminhariam a obtenção e a identificação de partes de extensão equivalente e em certo número (como componentes do todo), colocando em cena os termos da divisão e as relações entre eles.

Nessa ótica, as ações de igualar e desigualar em ligação estreita com as de repartir quantidades numéricas seriam centrais para, interdependentes, ativar a coordenação entre estados, logo, a conceitualização de ações de transformação, uma das possíveis formas de ver a inter-relação das estruturas aditivas com as multiplicativas.

Porém, nossos resultados também indicam que o lugar atribuído ao compor e ao decompor partes na psicogênese das estruturas multiplicativas nas aditivas focalizadas não exclui outros invariantes de relevância. O que encontramos aponta, mais uma vez, para o que é tido como uma construção árdua e lenta de relações aritméticas, um processo que apoia-se em diversos invariantes em elaboração, entre os quais a correspondência operatória, logo reversível, entre quantidades. Vemos esta, em conjunto com a relação inclusiva parte-todo da composição-decomposição aditivo-subtrativa, como de presença necessária na compreensão da cardinalidade das coleções numéricas.

As notações que obtivemos muito sugerem sobre o significado da compreensão do valor cardinal das coleções no domínio e avanço das relações aritméticas para outros planos. Mas também a idéia da cardinalidade é construída em trama conjunta progressiva com os demais invariantes o que, no caso das relações da divisão (entre dividendo, divisor

essencial para que as crianças possam compreender as relações aditivo-subtrativas reversíveis, logo, a necessidade de identificar o número de partes e a totalidade e a extensão dessas partes.

Ao argumentar a favor do desenvolvimento desses esquemas na passagem das estruturas aditivas para as estruturas elementares, como fizemos neste trabalho, excluindo a probabilidade de serem ações periféricas ou mais centrais, estaremos no âmbito das hipóteses psicogenéticas. Por conseguinte, os resultados são necessários para melhor esclarecer o processo de construção da aritmética infantil.

Para finalizar, destacamos que a análise das notações das crianças permitiu-nos chegar a algumas das raízes de estruturas multiplicativas, tornando claro que a construção desses invariantes ocorre como se faz no processo mesmo de elaboração. Então, novamente destacamos a importância da produção de notações significativas para a pedagogia de relevo na elaboração da aritmética numérica, como parte inerente ao desenvolvimento matemático.

Referências

- Baroody, A. J. & Ginsburg, H. F. (1986). The relationship between verbal and mechanical knowledge of arithmetic and procedural knowledge: The case of mathematics. Lawrence Erlbaum.
- Bideaud, J., Meljac, C. & Fischer, J. P. (Orgs.). (1998). Presses Universitaires de Lille.
- Brun, J., Giossi, J. M. & Henriquês, A. (1998). *Math-École*, 23(112), 2-11.
- Carraher, T., Carraher, D. & Schliemann, A. (1998). São Paulo: Cortez.
- Correa, J. (1996). A compreensão inicial do valor cardinal das coleções não-computacionais. Em M. H. Novaes (Org.), *Articulação entre pesquisa, formação e prática: ANPEPP*, vol 1, nº 5, pp. 151-165. Rio de Janeiro: Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Correa, J., Nunes, T. & Bryant, P. (1998). You are what you divide: The relationship between division terminology and mathematical knowledge. *Journal of Educational Psychology*, 90(2), 321-332.

- Janvier, C. (Org.) (1987). *Problems of representation in the teaching and learning of mathematics*. London/Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Kamii, C. & DeClark, G. (1985). *Young children reinvent mathematics*. New York/London: Teachers College Press.
- Kornilaki, E. & Nunes, T. (1999). Do multiplication and division develop in parallel or as co-ordinated operations? Em European Society of Developmental Psychology (Org.), *IXth. European Conference on Developmental Psychology: Human Development at the Turn of the Century. Abstracts* (pp. 389-390). Spetses: ESDP/University of Athens.
- Lerner de Zunino, D. (1995). *A matemática da escola: Aqui e agora*. (J. A. Llorens, Trad.) (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original s/d)
- Lerner, D. & Sadovsky, P. (1996). O sistema de numeração: Um problema didático. Em C. Parra & I. Saiz (Orgs.), *Didática da matemática. Reflexões psicopedagógicas* (J. A. Llorens, Trad.) (pp. 73-155). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1994)
- Moro, M. L. F. (1999). Aprendizagem construtivista de estruturas aditivas e multiplicativas na iniciação matemática. *Temas em Psicologia da SBP*, 7(3), 263-282.
- Nunes, T. & Bryant, P. (1997). *Crianças fazendo matemática* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Orozco-Hormaza, M. (2002, junho). *Los errores sintácticos cuando los niños aprenden a escribir numerales*. Trabalho apresentado em simpósio no 32nd, Annual Meeting of the Jean Piaget Society. Philadelphia, USA. (material não-publicado)
- Parrat-Dayán, S. (1980). *Étude génétique de l'acquisition de la notion de moitié*. Genève: Edition J. R. de Rougemont.
- Parrat-Dayán, S. (1985). À propos de la notion de moitié: Rôle du contexte expérimental. *Archives de Psychologie*, 53, 433-438.
- Perret, J.-F. (1985). *Comprendre l'écriture des nombres*. Berne Peter Lang.
- Piaget, J. (1974). *La prise de conscience*. Paris: PUF.
- Piaget, J. (1978). *Fazer e compreender*. (C. L. de P. Leite, Trad.). São Paulo: EDUSP/Melhoramentos. (Original publicado em 1974)
- Piaget, J. & Szeminska, A. (1971). *A gênese do número na criança* (C. M. Oiticica, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Tradução da 3ª edição de 1964)
- Piaget, J. (Org.) (1977). *Recherches sur l'abstraction réfléchissante. 1/ L'abstraction des relations logico-arithmétiques*. Études d'Épistémologie Génétique (Vol. XXXIV). Paris: PUF.
- Piaget, J. (1996). *As formas elementares da dialética* (F. M. Luiz, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original de 1980)
- Schubauer-Leoni, M.-L. & Perret-Clermont, A.-N. (1980). Interactions sociales et représentations symboliques dans le cadre de problèmes additifs. *Recherches en Didactique des Mathématiques*, 1, 2, 3, 297-350.
- Schubauer-Leoni, M.-L. & Perret-Clermont, A.-N. (1984). Construction sociale d'écritures symboliques en deuxième primaire (opérations additives). *Interactions Didactiques*, 4, 1-40.
- Selva, A. C. V. & Brandão, A. C. P. (2000). A notação escrita na resolução de problemas por crianças pré-escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3) 241-249.
- Seron, X., Deloche, G. & Noël, M.-P. (1991). Un transcodage des nombres chez l'enfant: la production des chiffres sous dictée. Em J. Bideaud, C. Meljac & J. P. Fischer (Orgs.), *Les chemins du nombre* (pp. 303-327). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Sinclair, A. (1990). A notação numérica na criança. Em H. Sinclair (Org.), *A produção de notações na criança* (M. L. F. Moro, Trad.) (pp. 71-96). São Paulo: Cortez.
- Sinclair, A., Tièche-Christinat, C. & Garin, A. (1994). Com t-il les nombres écrits à plusieurs chiffres? Em M. Artigue & P. Tavnignot (Orgs.), *Vingt ans de didactique des mathématiques* (pp. 243-249). Grenoble: La Pensée Sauvage.
- Sinclair, H. (1988). Learning: The interactive re-creation of mathematical knowledge. Comunicado no VI *International Congress of Mathematicians*, ICME (mimeo).
- Sinclair, H. (1990). Introdução. Em H. Sinclair (Org.), *A matemática da criança* (M. L. F. Moro, Trad.) (pp. 13-18). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1988)
- Sinclair, H. & Sinclair, A. (1986). Children's mastery of the construction of basic number concepts. Em J. Hiebert & D. G. Clay (Orgs.), *Procedural knowledge: The case of mathematics* (pp. 59-74). Lawrence Erlbaum.
- Squire, S. & Bryant, P. (2002). *From sharing to dividing. Young children's understanding of division*. Trabalho apresentado em simpósio no 32nd, Annual Meeting of the Jean Piaget Society. Philadelphia, USA. (material não-publicado)
- Squire, S., Bryant, P. & Correa, J. (1999). Young children's understanding of division. Em European Society of Developmental Psychology (Org.), *IXth. European Conference on Developmental Psychology: Human Development at the Turn of the Century. Abstracts* (p. 389). Spetses: University of Athens.
- Teixeira, L. R. M. (1996). Aprendizagem inicial do valor numérico: conceitualização e simbolização. Trabalho apresentado em Simpósio *Internacional pelo Centenário de Nascimento de Jean Piaget*. São Paulo. (trabalho não-publicado)
- Teixeira, L. R. M. (2001). As notações numéricas como representação do ensino e a aprendizagem do sistema de numeração por crianças. *Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*. Rio de Janeiro: SBP/UERJ.
- Vergnaud, G. (1981). Quelques orientations théoriques des recherches françaises en didactique des mathématiques. *Recherches de Mathématiques*, 2(2), 215-232.
- Vergnaud, G. (1985). *L'enfant, la mathématique et la réalité* (3^e édition). Paris: PUF.
- Vergnaud, G. (1989-1990). Psychologie du développement des mathématiques. Un exemple: Les structures additives. *Recherches de Mathématiques*, 10(23), 133-170.
- Vergnaud, G. (1990). La théorie des champs conceptuels. *Recherches de Mathématiques*, 10(23), 133-170.
- Vergnaud, G. (1991). L'appropriation du concept de nombre. Une longue haleine. Em J. Bideaud, C. Meljac & J.-P. Fischer (Orgs.), *Les chemins du nombre* (pp. 271-282). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Vergnaud, G. (1994). Le rôle de l'enseignant à la lumière de la théorie des champs conceptuels. Em M. Artigue, R. Gras, C. Meljac & J. P. Fischer (Orgs.), *Vingt ans de didactique des mathématiques en France* (pp. 13-18). La Pensée Sauvage.
- Vergnaud, G. (1996). Au fond de l'action, la conceptualisation. Em H. Sinclair (Org.), *Savoirs théoriques et savoirs d'action* (pp. 275-292). Paris: CNRS.
- Vergnaud, G. (1998). *Algebra, additive and multiplicative structures at the early secondary level?* Paris: CNRS/Université de Lille.